

OS DESAFIOS QUE OS DEFICIENTES AUDITIVOS TEM AO CURSAR O ENSINO SUPERIOR

Tatiane Carneiro Cardoso dos Passos¹

RESUMO

Nos dias atuais é nítido o aumento de pessoas com alguma deficiência no Ensino Superior, diante dessa demanda observa-se os desafios que o deficiente tem ao ingressar ao Ensino Superior, pois, para que eles possam ter qualidade de ensino não basta que essas Instituições adaptem somente seus ambientes (físico) para o ingresso deles, mas sim, que disponibilizem um atendimento amplo possibilitando a entrada e permanência desses alunos com a mesma qualidade que um aluno que não possua deficiência alguma tem. A proposta desse trabalho surge com o intuito de analisar como os alunos com deficiência (surdez) estão sendo inseridos no Ensino Superior, saber qual é o amparo que a legislação dá para que eles possam ingressar e permanecer no Ensino Superior e ainda também ressaltar quais as possibilidades que as Instituições de Ensino Superior oferecem para que esses candidatos ingressem e permaneçam no Ensino Superior. A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica em legislações, livros e artigos científicos que evidenciaram a inserção das pessoas com deficiências no Ensino Superior, fazendo uma análise de dois artigos científicos que apresentaram duas pesquisas de campo com questionários e entrevistas com o público surdo e ouvinte. Pode ser observado que em ambos os trabalhos os alunos tiveram grandes desafios ao ingressarem no Ensino Superior, porém mesmo que tenha sido pouco o apoio recebido pela população universitária e o apoio das instituições e de seus colaboradores eles conseguiram permanecer no ambiente educacional.

Palavras-chave: Educação especial. Ensino superior. Deficiência. Surdo.

¹ Pedagoga, Tutora do Curso de Pedagogia na Faculdade do Vale do Juruena - AJES, Juína, Mato Grosso. E-mail: tati.cds@outlook.com

Abstract

Nowadays it is clear the increase of people with some disability in Higher Education, in face of this demand it is observed the challenges that the disabled have when entering the Higher Education, because, for them to have quality of education it is not enough that these Institutions adapt only their (physical) environments for their admission, but to provide a wide service allowing the entry and permanence of these students with the same quality as a student who has no disabilities has. The purpose of this paper is to analyze how students with disabilities (deafness) are being inserted in Higher Education, to know what is the protection that the legislation gives so that they can enter and stay in Higher Education and also to highlight which possibilities offered by higher education institutions for these candidates to enter and remain in higher education. The methodology used was a literature review on legislation, books and scientific articles that showed the inclusion of people with disabilities in Higher Education, making an analysis of two scientific articles that presented two field research with questionnaires and interviews with the deaf and hearing public. It can be observed that in both works the students had great challenges when entering Higher Education, but even though there was little support received from the university population and the support of institutions and their collaborators they managed to remain in the educational environment.

Keywords: Special Education. Higher education. Deficiency. Deaf.

INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade injusta, e com esse motivo é que surgem políticas públicas voltadas para integrar a população desfavorecida ou a comunidade minoritária. Nessa comunidade pode ser incluída as pessoas com deficiências que diariamente enfrentam vários desafios, aos quais muitas vezes vão além do simples fato da acessibilidade, sendo necessário um olhar mais crítico a essas situações, em especial a inclusão do aluno com deficiência no Ensino Superior.

Sabe-se que as pessoas com deficiência são asseguradas por Leis a terem a inclusão em ambiente educacional regular, mas as dificuldades da permanência dos mesmos nos estabelecimentos educacionais assim como também a pouca qualidade dessa aprendizagem é visível, e para que essa temática seja mais discutida no âmbito científico é que esse trabalho

vem sendo elaborado. Partindo do seguinte questionamento, será que as Instituições de Ensino Superior estão capacitadas para atenderem aos alunos com deficiência, em especial as pessoas com deficiência auditiva?

Objetiva-se com esse trabalho, entender como está sendo inserido o aluno com deficiência auditiva no Ensino Superior, trazendo uma abordagem mais ampla sobre alguns autores que falam sobre essa inclusão. Ainda, através desse trabalho, cabe analisar e mostrar as dificuldades que alunos com deficiência auditiva enfrentam ao ingressar no Ensino Superior; assim como também analisar o amparo que as legislações dão aos alunos com deficiência auditiva e também analisar quais são as possibilidades que as Instituições de Ensino Superior oferecem para que esses candidatos ingressem e permaneçam no Ensino Superior.

A pesquisa será realizada com base em legislações, livros e artigos científicos, sendo um trabalho bibliográfico que trabalhará algumas leis, decretos, alguns encontros que aconteceram com temas voltados para a pessoa com deficiência, desde 1988 com a Constituição Federal. A proposta metodológica desse trabalho é de abordagem bibliográfica e documental a respeito da inclusão e dos direitos do deficiente auditivo no Ensino Superior e sua permanência nesse ambiente.

Esse trabalho está sendo realizado para mostrar à população que essa realidade em que as pessoas com deficiências não estão mais se escondendo ou desistindo de realizar seus sonhos, devido as dificuldades que eles enfrentam e que sejam evidenciadas que hoje é muito comum ver deficientes ocupando espaços cada vez maiores, onde antes apenas pessoas que não tinham deficiência se encontravam hoje estão sendo destinadas vagas para o público especial.

1 O DEFICIENTE E O ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E DILEMAS

Atualmente as pessoas com deficiência estão cada vez mais inseridas no meio educacional, em especial no Ensino Superior, sabe-se que é um direito deles estarem nesses ambientes, porém nos leva a questionar a qualidade de ensino que eles têm, porque ser inserido é um direito, mas a forma que eles são inseridos é muito importante.

Diante dessa realidade é que a proposta desse trabalho surge, com o intuito de analisar como os alunos com deficiência auditiva estão sendo inseridos no Ensino Superior, saber qual é o amparo que a legislação dá para que eles possam ingressar e permanecer no

Ensino Superior e ainda também ressaltar quais as possibilidades que as Instituições de Ensino Superior oferecem para que esses candidatos ingressem e permaneçam no Ensino Superior.

A deficiência não é um empecilho que limite uma pessoa a ingressar o Ensino Superior, sabe-se que esses ambientes devem ter a acessibilidade garantida a essa comunidade, para que possam ser inseridos nesse ambiente. Assim como está garantido em lei, na Declaração Universal dos Direitos Humanos em seu artigo XXVI relata que *“Todo ser humano tem direito à instrução. (...) A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito.”*, diante dessa afirmação vale ressaltar a qualquer pessoa sem distinção tem esse direito.

Sabe-se que esse direito foi conquistado e que na antiguidade as pessoas com deficiência eram vistas como empecilhos que acabava limitando os demais integrantes do grupo de prosseguirem, os deixando em estado de vulnerabilidade diante dos perigos enfrentado por eles, Dicher e Trevisam (2014) relatam que:

[...] nas primeiras tribos formadas pelos homens era praticamente impossível que uma pessoa com deficiência sobrevivesse às vicissitudes daquele período, sendo prática comum de certas tribos se desfazerem dos “deficientes” uma vez que eles representavam um fardo e um perigo para todo o grupo. (DICHER e TREVISAM, 2014, p. 3)

Ao olhar para essa afirmação deve-se ter cuidado para não ser etnocêntrico, pois nesse momento histórico as pessoas com deficiência não eram amparadas por lei alguma, ou seja, era comum porque o principal objetivo era manter a tribo em segurança, dessa forma tudo que fosse atrapalhar a segurança da tribo era de certa forma deixado para trás. Um exemplo desse rito é da tribo Chiricoa, que deixava seus deficientes e idosos para trás como forma de segurança para o restante da tribo.

Nem todas as tribos tinham esse rito SILVA (2009), *apud* DICHER, TREVISAM (2014 p. 4), citam que no *“Quênia os Aonas tratavam os cegos como pessoas que tinham contato direto com os espíritos das profundezas do mar, e que eles mostravam a localização diretas onde estavam os peixes.”* Para eles os deficientes visuais tinham grande importância nas atividades de pesca da tribo.

Nota-se que no processo histórico da humanidade os deficientes muitas vezes não eram considerados humanos, em outras situações eram deixados em lugares que cuidavam

dessas pessoas, que no caso eram a vergonha da família ter filhos deficientes, por muitos eram até considerado um castigo de Deus, por um pecado cometido pelos pais.

Com o passar do tempo foi surgindo manifestações com o intuito de dar voz a essa classe, um direito que foi confirmado na Conferência Mundial sobre Educação para todos que aconteceu em Jomtien, Tailândia em 1990, em parte do documento relata-se que

Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional; (DECLARAÇÃO MUNDIAL AOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS; CONFERENCIA DE JOMTIEN, p. 2, 1990).

Nota-se com essa afirmação da Declaração que há uma preocupação em tornar o mundo mais seguro, sadio, próspero, entre outras classificações, ou seja, se todos tem direito a educação porque seria espantoso as pessoas com deficiência estarem ocupando cada vez mais ambientes que anteriormente eles não estavam inseridos e entre esses ambientes está a educação regular e o Ensino Superior.

Ainda com base na Conferência de Jomtien em 1990, que tinha como objetivo assegurar a inclusão e permanência das pessoas com deficiência em ambiente escolar, trouxeram em debates índices relevantes sobre a quantidade de crianças e jovens sem escolarização. O que resultou que em 1994 a Portaria do MEC nº1.793 no Brasil, recomenda a inclusão de alguns conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais, nos currículos da formação dos docentes. Já na Espanha a Declaração de Salamanca (1994), visava o mesmo objetivo que a Constituição Federal de 1988, ou seja, todos tivessem o direito a educação, focando as pessoas com necessidades especiais.

Além desses dois grandes marcos para a pessoa com deficiência, também teve em 1996 a Lei 9394, Lei de Diretrizes e Bases Educacional (LDB) que traz em seu texto assim como a Constituição da Republica de 1988 já afirma, ou seja, o direito que todos tem a educação, que também é reafirmado no Decreto nº 3298/99 em seu artigo 2º

Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (DECRETO Nº 3.298 DE 1999)

Mais uma vez fica nítido o direito que as pessoas com deficiência tem com relação a educação, e não somente a educação, mas em todos os âmbitos inclusive ao trabalho, esse

Decreto ainda traz em seu artigo 4º em seus incisos I ao V a categoria das pessoas com deficiência.

Sabe-se que várias são as leis que amparam os deficientes com relação a terem acesso indiscriminado a qualquer ambiente, inclusive a curso o Ensino Superior, assim como a Lei nº 10.048/2000² que garante o acesso e atendimento prioritário da pessoa com deficiência em lugares públicos, a Lei nº 10.098/2000³ que visa a adaptação dos ambiente e meios de transporte para que a pessoa com deficiência passa a ter acesso a qualquer ambiente, trabalhando dessa forma a inclusão delas na sociedade, assim, como também a Lei nº 13.146 de 6 de Julho de 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência que visa a inclusão das mesmas na sociedade e na cidadania, que em seu Art. 1º afirma que

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIENCIA, ART. 1º, DISPOSITIVOS GERAIS CAPÍTULO I).

Diante de todo esse exposto acima com base na legislação é visível que é extenso o amparo legislativo para o deficiente, por mais que se traga as principais legislações que amparem essa comunidade ainda assim devemos nos preocupar com a forma que eles estão sendo inseridos nesses ambientes, se esses ambientes estão preparados para recebe-los, e quando se faz esse questionamento não estamos apenas nos referindo ao ambiente físico, mas sim também aos profissionais sendo no ambiente educacional ou não.

1.1 A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR O AMPARO DO ALUNO DEFICIENTE AUDITIVO NO ENSINO SUPERIOR.

O aluno com deficiência como já vimos anteriormente tem seus direitos garantidos, e com todas essas garantias as pessoas com deficiências podem como qualquer outra pessoa cursar o Ensino Superior se qualificando para o mercado de trabalho que cada vez está se tornando seletiva.

² Art. 1º As pessoas com deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes, as pessoas com crianças de colo e os obesos terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. (LEI Nº 10.048, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2000.)

³ Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.)

Ao ingressar em uma graduação o que as pessoas que têm alguma deficiência querem que seus direitos sejam garantidos e executados para que possam por mérito garantir seus avanços e conquistas e não que sejam inseridos nos diários institucionais e vão passando os anos e assim elas vão seguindo o curso escolhido, as vezes passando por mérito e outras reprovando diante da dificuldade da disciplina ofertada, não que isso seja incomum entre as pessoas que não tenham nenhuma deficiência, porém se os alunos com deficiência não tiverem uma equipe que trabalhe com eles intermediando a atuação do docente e as disciplinas.

Para que as pessoas com deficiência ingressem em qualquer espaço físico há uma necessidade de adequação ou adaptação desse espaço ao qual ele ingressará, mas quando se trata do processo de ensino aprendizagem as necessidades dessas pessoas vão além da simples adaptação do espaço físico, pois elas necessitam de pessoas capacitadas para atuarem junto a elas nesse processo de construção do conhecimento científico para que haja não apenas a integração desse aluno no meio educacional, ou seja, onde ele irá desenvolver atividade igual a qualquer outro aluno, mesmo que sua deficiência o limite ele será incluso e terá as mesmas garantias de aprendizagem que um outro aluno que não tenha nenhuma deficiência tem.

Assim como na educação básica, os alunos com deficiências têm necessidades quando chegam no Ensino Superior, isso não é diferente, tanto o aluno com deficiência e o aluno que não tem nenhuma deficiência, a legislação traz quando referência o Ensino Superior a finalidade conforme está na Lei 9394/96 em seu Art. 43 descrito abaixo.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que

aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015) (LEI DE DIRETRIZES E BASES NACIONAIS, 2014, p. 46)

Diante do Art. 43 citado acima, pode-se entender que é importante confirmar aos que ingressem no Ensino Superior o direito de ter um ensino de qualidade e com criticidade, pois ao ingressar em um Nível Superior os alunos terão uma nova rotina de estudos, assim como esta enfatizado no Art. 43 da LDB, ao qual afirma que será incentivada a pesquisa científica aguçando nos graduandos o gosto por obras científicas.

Em algumas instituições de Ensino Superior existem programas de iniciação científica, que trabalha com o intuito de formar pesquisadores, esses programas em algumas Instituições particulares às vezes fazem parte de bolsas de estudos que estão destinadas a população mais carente que não conseguem pagar pelos estudos e com isso participam desses programas, sendo voltados a toda população que passará por meios de seleção para a aquisição desse benefício.

Sabe-se que a inserção da pessoa com deficiência no Ensino Superior é assegurada por lei, porém são muitas as dificuldades que eles enfrentam ao ingressar nesse novo meio ao qual se encontra em jogo o próprio sonho e possivelmente suas futuras carreiras profissionais. As dificuldades de cada deficiência são individualizadas, pois assim como para o deficiente físico (cadeirante) há uma grande dificuldades de acesso ao segundo piso de uma instituição, para o deficiente visual há também dificuldade como a falta do piso tátil que o deixará sem saber por onde andar, assim como também para o deficiente auditivo a falta de um interprete o dificultará sua comunicação mesmo que alguns deficientes auditivos façam a leitura labial ainda assim terão dificuldades em meio as pessoas que só se comunicam através da fala, ou seja, cada um, tem a sua dificuldades diante de uma mesma situação, em especial a da inclusão no Ensino Superior.

As instituições de Ensino Superior devem ter em seus documentos institucionais a visão de que não basta apenas adequar o espaço físico para atender ao público deficiente, pois não são apenas esses deficientes que elas irão atender, porém devem ter sempre à disposição pessoas capacitadas para atender esses alunos ou até mesmo a população externa que possivelmente venha solicitar informações, visando assim a comunicação plena entre pessoas que não tem nenhuma deficiência e pessoas que tem alguma deficiência.

Nota-se que são várias as deficiências, algumas delas bem conhecidas, pois sempre estão em debates em estudos e outras menos conhecidas, porém todo ser humano tem por

direito o ingresso a educação básica, e visto que muitos deles não param somente na educação básica e vão além procurando cursar o Ensino Superior, então diante dessa necessidade é que as instituições de Ensino Superior precisam se adequar, pois cada deficiência requer que as metodologias apresentadas em sala devam ser remodeladas para atender esses alunos de forma que ao ser trabalhada as metodologias diferenciadas não venha ao invés de incluir acabar excluído esse aluno com deficiência o tornando pelos demais alunos alguém com privilégio.

A pessoa surda conta com a Lei 10. 436⁴ de 2002 que reconhece a Língua de Sinais (LIBRAS) como a forma de comunicação legal do surdo no Brasil, essa Lei 10. 436 de 2002 vem oficializando e norteando o ensino de Libras, ao qual afirma que a língua de sinais não substitui a língua portuguesa, ou seja, mesmo que esses alunos surdos saiba e aprendam a língua de sinais eles também devem aprender de igual forma a língua portuguesa. O Decreto 5.626 de 2005 também é um importante documento que rege a inclusão do aluno surdo e traz alguns aspectos voltados para a Libras, como sua inclusão nas grades curriculares e também como formação dos professores. O deficiente auditivo de acordo com o Decreto Nº 5.626/2005 em seu Artigo 2º e o Parágrafo Único.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. **Parágrafo único.** Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (DECRETO Nº 5.626 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005).

Após a descrição do deficiente auditivo o Decreto 5.626/2005 vem evidenciando e garantindo que a Língua Brasileira de Sinais – Libras deve ser inserida na grade curricular da formação conforme descrito no artigo 3º, §1º e §2º abaixo

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto. (DECRETO Nº 5.626 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005).

⁴ A lei 10. 436 está na integra em Anexo.

Nesse mesmo Decreto no Capítulo III e seguintes vem trazendo a descrição da formação do professor e do instrutor de Libras, assim como em todo o Decreto está sendo exposto a garantia da pessoa surda está em qualquer ambiente e acima de tudo o direito ao estudo.

1.2 O ALUNO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIENCIA AUDITIVA NO ENSINO SUPERIOR DA UNICENTRO-PR EM 2015.

O deficiente auditivo vem alcançando espaços que antes nunca foi imaginado que eles pudessem alcançar, essa fato é muito importante diante de uma sociedade que se diz ser inclusiva, e diante disse será feito uma análise bibliográfica do recorte de uma monografia da autora Passos (2018) que fez uma análise do artigo escrito por alguns acadêmicos da instituição UNICENTRO do Paraná o qual realizaram uma pesquisa que avaliou a inclusão do aluno surdo no Ensino Superior, em especial na própria instituição que eles estudam, tendo em vista que as dificuldades desses alunos surdos partem de situações consideradas simples para aquelas pessoas com ouvem, como por exemplo uma simples conversa entre amigos.

Esses acadêmicos com o objetivo de acolher a todos os acadêmicos independente de ter ou não alguma deficiência sugeriram a instituição que promovesse programas culturais, tais como a poesia, o teatro, atividades plásticas, ciências, jogos, entre outros, com o intuito de fazer com que os acadêmicos se socializem e tenham mais interesse nas programações da instituição. Com o objetivo de trabalharem a interação, acreditando que com essa relação, haverá um avanço na educação dos mesmos.

Essa pesquisa foi apresentada em 2015 no IX Encontro Nacional sobre Atendimento Escolar Hospitalizado – ENAEH e III Seminário Internacional de Representações Sociais – Educação, (MOURA et al 2015, p. 21737), os autores afirmam que esse trabalho teve como base algumas entrevistas com os alunos surdos e seus interpretes, foram levantados os seguintes questionamentos: Por que uma pessoa busca ser um interprete de libras? Na primeira entrevista o interprete afirma que seu motivo foi devido ter um irmão surdo, ao ser questionado diante das políticas públicas voltadas para essa temática ele afirma que existem sim, porém os recursos são insuficientes e há também falta de profissionais especializados nessa área, tornando assim, a inclusão desses alunos mais difíceis.

MOURA et al (2015), afirmam que sua segunda entrevistas foi realizada com uma aluna surda da instituição a qual relatou que suas dificuldades eram várias, porém, o que leva esses alunos a prosseguirem é a autoestima e o desejo de superação, ainda ressalta que dependem de ter bons professores e interpretes, a terceira entrevista foi realizada com outra interprete que ressaltou a importância do interprete na relação desses alunos surdos com os demais alunos e professores, afirma que o interprete é o mediador no processo de inclusão dos alunos.

Assim com base em MOURA et al (2015), pode ser observado que na instituição UNICENTRO – PR, os alunos surdos que ali frequentam contam com o apoio de profissionais que buscam uma melhor interação com a sociedade acadêmica, visando assim, que ocorra a inclusão no ambiente de Ensino Superior, e que mesmo com suas dificuldades buscam formas para que ocorra essa inclusão.

Diante da pesquisa realizada por MOURA et al (2015), pode ser observado que para a inclusão de alunos deficientes no ensino superior é necessária que haja uma disponibilidade por parte da instituição de profissionais capacitados para receber e dar subsídios para que esses alunos sejam realmente inclusos, para que eles possam ter as mesmas condições de cursar e concluir o curso escolhido da mesma forma que qualquer outro aluno.

A pesquisa realizada pelos acadêmicos da UNICENTRO-PR contou com o apoio de uma aluna interprete e surda que traduziu toda a pesquisa feita por eles através de gravações individuais que tiveram duração de uma hora, nessa pesquisa as autoras analisaram três situações, a primeira foi *“a vivencia dos acadêmicos surdos em um ambiente majoritariamente ouvinte.[...]”* sendo abordados dois pontos *“[...]relação surdo-ouvinte e a necessidade de situar uma identidade surda que permita a construção de um lugar de valor (e não de deficiência) e um lugar de reconhecimento (na diferença)”* (BISOL et al, 2010, p. 155), na segunda foi analisado a questão dos interpretes, dos professores e a organização do espaço de ensino aprendizagem, na terceira e última foi analisado pontos voltados para leitura e a escrita.

Na entrevista realizada por BISOL et al (2010), em um dos recortes realizados pelos autores fica exposto como os alunos surdos se sentiram quando entraram no Ensino Superior, a forma que eles interpretaram os olhares dos outros alunos ouvintes para eles, P4 e P5⁵ afirmam que.

⁵ P + numeral: Refere-se aos voluntários entrevistados.

P4: Quando cheguei eu estava muito nervoso. O lugar não tinha cheiro de surdo. Minha vontade era dar opinião livremente. Os ouvintes olham os surdos... muito estranho... não conheciam surdos. Muita confusão, difícil, várias coisas, não importa pessoas.

P5: Já percebi pessoa rindo, outra com admiração, outro estranhando. Por isso para os surdos é difícil buscar informações, depende de várias coisas. Em algumas coisas ouvinte fica assustado, porque o surdo sabe muitas coisas, parece que não sabe nada. É muito engraçado quando entrei na faculdade, é muito divertido aqui na universidade. (BISOL et al, 2010, p.156).

Nota-se diante desse recorte acima que os alunos surdos tem uma visão dos alunos ouvintes como pessoas confusas que desconhecem o mundo dos surdos, pensam que eles não sabem muitas coisas e se assustam quando veem que os surdos entendem das coisas, e que a princípio eles estranham o lugar, mas, depois vão se acostumando. No segundo recorte pode ser notado a diferença entre o tratamento dos alunos surdos no Ensino Fundamental e Médio para o Ensino Superior, o aluno P1 relata que o tratamento na universidade o aluno surdo é tratado como aluno ouvinte, ou seja, não há distinção entre alunos diferente do ambiente que ele frequentava quando aluno do ensino regular, ao qual os alunos surdos eram tratados como alunos surdos, porém ele afirma que mesmo com a dificuldade ele luta e se esforça para sobreviver e estudar, afinal o objetivo é se formar.

As autoras destacam que na fala de P1 o sobreviver chama a atenção visto que em um ambiente universitário o foco deveria ser na aprendizagem, porém, ainda pode destacar-se que ao ser tratado da mesma forma que um aluno ouvinte o aluno surdo não desiste vê esse tratamento como forma de o impulsionar a querer aprender mais, e fica claro que os pontos trabalhados com os alunos surdos é a leitura e escrita em português.

P1, ainda diz que prefere se comunicar e estar próximo de pessoas surdas, pois perto deles ele sabe o que estão falando já perto dos ouvintes ele não sabe o que estão conversando, dessa forma ele fica perdido. P2, já afirma que surdos convivem com surdos e ouvintes com ouvintes, que isso já é cultural, e para P5 os ouvintes nunca irão saber como é a vida de um surdo, ele é bem firme ao dizer que nunca saberão o que é um surdo. Nota-se que assim como os ouvintes tem dificuldades para lidar com os surdos, isso também acontece por parte dos surdos com relação aos ouvintes, nota-se um certo preconceito e separação entre surdos ouvintes.

BISOL et al (2010) levanta duas hipóteses em que esses alunos surdos se enxergam, o primeiro sendo esse olhar devido a trajetória vivida por eles, em que eles se consideram “*pertencem a uma minoria linguística cultural*” (BISOL et al, 2010 p.158), e o segundo

relacionado ao olha que a sociedade costuma a oferecer da deficiência “*a falta, alguém que é sempre “menos” em comparação ao corpo tido como “perfeito”*”, (BISOL et al, 2010, p. 158), ou seja, ao ser colocado em um ambiente ao qual eles terão as mesmas possibilidades de vencer é reconhecido como uma vitória diante das lutas diárias da população deficiente.

Segundo BISOL et al (2010), ao se falar em identidade deve ser levado em conta que ela não é criada por um acaso ou do nada, mas sim leva um tempo para que seja discutida e praticada, as autoras BISOL et al (2010), ainda ressaltam que ao criar pontos distante entre as relações de surdos e ouvintes acaba sendo criado uma visão de que os surdos precisam sobreviver no mundo dos ouvintes, tendo uma visão de que os surdos não têm voz no mundo dos ouvintes, fato que deveria ser ao contrário, ou seja, os surdos deveriam se apropriar do espaço e também pertence a ele de igual modo.

As pesquisadoras trazem na fala de P2 como eles se diminuem nesse ambiente, assim como P2 afirma:

P2: Sim, é verdade que ouvintes pensam e ficam admirados com o surdo na faculdade. Serão os surdos capazes de fazer faculdade? Como? Eu estudo e leio igual ouvintes, direitos iguais, estudam e leem iguais, só comunicação diferente, eles usam oral, eu uso sinais, é diferente. Outras coisas todos somos iguais. Só. (BISOL et al, 2010, p. 158).

Diante da fala de P2 nota-se o quanto de conhecimento dos ouvintes diante dos direitos conquistado pela população deficiente, nesse caso em especial com os surdos. Ainda entende-se que os ouvintes pensam que eles não são capazes de realizar as mesmas atividades que eles, pelo simples fato de não se comunicarem da mesma forma, ou seja, pela oralidade. Já na fala de P1 abaixo, fica bem explicito a falta de conhecimento diante dos conhecimentos das pessoas surdas que entram nas universidades.

P1: Um colega fez uma pergunta, perguntou assim, você sabe ler? Aí eu falei para o intérprete, diz para ela que eu sei ler. Ah, foi uma situação tão chata, tão constrangedora, eu não vou usar a minha voz e dizer que sei ler, eu pedi para o intérprete avisá-la que eu sei ler, aproveitei a presença do intérprete. A mulher perguntou para mim, pô, você consegue entender as palavras? Poxa, eu fiquei tão chateada com isso, eu fiquei nervosa com isso porque pegam uns contextos, fazem um questionamento desses, achando que a gente parece pessoa ignorante. (BISOL et al, 2010, p.159).

Na fala de P1 fica nítido quanto é difícil para os surdos lidar com o preconceito existente pela população ouvinte devido à falta de conhecimento, lidar cm essas situações constrangedoras requerem que dos alunos uma adaptação nesse novo ambiente que antes era ocupado apenas por pessoas iguais a eles (ouvintes/ouvintes), dessa forma ao ver um aluno

surdo estudando de igual para igual acaba causando uma certa inquietude diante do desconhecido, assim como na fala de P2 e P3.

P2: Eu quando quero dou minha opinião, os ouvintes pensam que surdo é capaz. Surdos falam, dou a opinião. Quando ouvintes pensam que surdo não é capaz de dar opinião eles dão risada, falam que surdos não sabem. Desculpa, surdos não entendem por causa de diferentes aspectos consequências, surdo e ouvinte também têm o jeito diferente de aprender.

P3: Ouvintes pensam que surdo não sabe dar opinião. [...]. Mas às vezes eles [colegas ouvintes] ficam assim, meio em dúvida que o surdo é capaz de estar dentro de uma universidade. Será que ele vai conseguir? Eles ficam admirados. (BISOL et al, 2010, p. 159).

Nota-se que P2 e P3 já se colocam diante da situação com os mesmos direitos de estarem participando de igual modo nas universidades, mesmo com as dificuldades que eles enfrentam eles conseguem sim estudar e ir em busca de realizar seus sonhos assim como uma pessoa que não tem nenhuma deficiência.

Quando questionados referentes aos seu interpretes os alunos P1 e P2, relatam seus anseios diante de uma valorização da língua de sinais e que um dia eles poderão ter uma faculdade com professores surdos, P2 ainda afirma que queria que o papel fosse invertido ao qual os ouvintes tivessem interpretes para saber o que o professor (surdo) está falando em língua de sinais.

Com isso o interprete se torna o mediador dos alunos surdos com os ouvintes, P2, P3 e P4, afirmam que é muito importante que haja o interprete para mediar a aula e que sem ele não tem como eles conseguirem participar da aula, e quando o interprete falta eles (surdos) também faltam na aula ou vou embora, pois o interprete é quem irá mediar o conteúdo trabalhado pelo professor (ouvinte) e quando os alunos surdos tem dúvidas é o interprete que faz essa ponte entre eles e o professor ou a turma.

Porém, os alunos evidenciaram que não é somente a presença de um interprete que eles precisam e sim de um interprete capacitado pois de acordo com os alunos algumas vezes acontecem de o professor falar uma coisa e o interprete falar outra devido não ter especialidades nas áreas ministradas, P1 ainda relata alguns fatores que levam a essa má comunicação entre alunos surdos e interpretes, sendo:

P1: Por exemplo, se intérprete não tem boa língua de sinais é ruim, corta a aula. Por exemplo, o intérprete é fraco no jeito, não sabe sinais perfeito... Professor fala muito, sempre tem algumas palavras difíceis, o intérprete faz sinais e mistura com alfabeto datilológico. Isso dá muitos cortes, às vezes trava, ocorre confusão, não entendo, isso eu não quero, quero tradução perfeita, traduzir tudo o que o professor disse. Eu preciso entender tudo, às vezes esqueço e preciso do contexto da aula para lembrar as coisas. (BISOL et al, 2010, p. 161).

Essa situação foi apontada por todos os entrevistados, P2, P3, P4 e P5 confirmam o que P1 fala, P2 ainda ressalta que quando em um interprete novo ele tem paciência e esperar o mesmo a se adaptar a ele, já P3 afirma que se o *“interprete não tem conhecimento profundos de sinais [...] ele erra [...]Depende, leio os lábios do intérprete eu sei se ele está traduzindo diferente ou eu olho o professor, eu olho para o intérprete, por isso é difícil chegar ao conhecimento profundo.”* (BISOL et al, 2010, p. 162).

Para P4 afirma que perdeu a vontade diante da dificuldade de estudar com interprete que não sabe bem, pois quando precisa fazer perguntas ao professor o interprete não sabe traduzir corretamente e o professor não pode ajuda-lo porque não saber o que ele precisa, ele ainda afirma que no ensino médio ele perguntava muito, mas na universidade ele não pergunta muito por causa do interprete. E para P5 os interpretes não fazem perguntas aos professores por acharem o assunto coisa fútil P5 ainda firma que insiste até que o interprete faz a pergunta, pois para ele é algo importante e que o interprete está ali para fazer isso, pois é direito dele que haja essa interação.

Na análise das autoras P5 ainda abre um questionamento importantíssimo que poderá criar uma barreira entre o professor ouvinte e o aluno surdo, ou seja, que ao interprete selecionar o que irá perguntar faz com que o aluno não tenha voz e que as dificuldades dele não sejam vistas pelo professor, o que poderá resultar em uma falsa compreensão em que o aluno está entendendo o que o professor está explicando.

As autoras ainda salientam que em algumas situações os alunos desenvolvem estratégias para aprenderem, pois, os professores estão tão acostumados com seus alunos ouvintes que ao mesmo tempo em que o professor está escrevendo algo no quadro ele também está explicando e com isso o interprete muitas vezes se perde na explicação para o aluno surdo que tem que copiar e prestar atenção no interprete algo impossível de fazer ao mesmo tempo, tornando assim mais difícil a aprendizagem dos alunos surdos.

BISOL (2010), ainda ressaltam que P1 e P2 os alunos ouvintes é mais fácil o processo de ensino aprendizagem, porque o professor escreve e fala e os alunos ouvintes ouvem e escreve, já para os alunos surdos tem que ter uma parceria entre eles, em que um cópia e o outro presta atenção no interprete e depois ambos vão para casa estudar, porém ele ainda ressalta que é normal sofrerem para estudar. Já P4 relata que perdia muito tempo em escrever e olhar para o interprete e que muitas vezes se perdia, e agora ela prefere olhar o interprete até o fim e depois escreve o que está no quadro.

BISOL et al (2010), salientam que é necessário pensar em metodologias que realmente faça o papel da inclusão desses alunos, para que não seja transferida as responsabilidades de não aprender ou insucesso na aprendizagem apenas aos alunos por sua falta de interesse, pois no decorrer da análise da pesquisa pode ser observado que a maior dificuldade desses alunos surdos não está ao entrarem nas universidades, mas sim, em permanecer até a conclusão de seus cursos.

Assim como P5 afirma que em uma aula de matemática ele só precisa do interprete se tiver explicação do professor, caso não tenha ele consegue realizar a atividade sem o auxílio do interprete, P2 ainda relata da dificuldade diante das discussões ocorridas na sala de aula, em que todos falam ao mesmo tempo e isso dificulta o entendimento deles porque se perdem quando todos falam ao mesmo tempo. BISOL et al (2010), afirma que quando a inclusão começa a acontecer isso provoca uma desestabilização nas estruturas dos ambientes educacionais, pois é necessário que não apenas os educadores revejam suas metodologias, mas sim que toda comunidade interna e externa reflita sobre suas atuações no processo de ensino aprendizagem que envolve um aluno deficiente.

Quanto aos desafios enfrentados pela comunidade universitária diante da leitura e produção de texto SAMPAIO e SANTOS (2002, p. 32), apud BISOL et al, (2010) afirmam que a escolarização em nível universitário pressupõe uma considerável quantidade de trabalho intelectual, exigido principalmente em atividades de leitura, compreensão e expressão de conteúdos complexos. Diante disso é importantíssimo que a bagagem trazida do ensino fundamental e médio dê subsídios para que os alunos deem sequência aos estudos de forma prazerosa, pois do contrário haverá grandes dificuldades no processo de aprendizagem.

Assim como BISOL et al (2010), afirmam que diante da dificuldade na leitura e produção de texto os alunos surdos e os que não tem deficiência compartilham dessa mesma dificuldade, porém para os surdos essa dificuldade se agrava, assim como P2, P3 e P5 que relatam ter dificuldades na leitura e compreensão do que leu, pois em alguns casos eles não conhecem a palavra, nesse caso P3 afirma que em alguns momentos faz pesquisa no dicionário para saber o significado da palavra, já P5 relata que palavras grandes ele não consegue decorar.

BISOL et al (2010), questiona outro fato que se refere ao vocabulário do surdo, que muitas vezes fica mais explícito no texto do que a língua portuguesa, P1 ainda enfatiza que em uma correção de seu texto o professor ficou assustado e isso causou nela um certo

desanimo, pois, para ela o professor não concorda com que ela tenha uma língua própria e o que ele esperava era que ela dominasse bem a língua portuguesa.

Com base nas falas de P1, P2, P3 e P5, fica nítido o desagrado com a formação no nível médio, pois eles afirmam que na escola eles não trabalhavam muito a leitura e quando trabalhavam trazia palavras muito fáceis e simples, P5 ainda afirma que eles tinham dó, por isso trabalhava palavras fáceis e que isso está prejudicando eles no Ensino Superior, devido à falta de conhecimento de muitas palavras. P5 ainda afirma que na escola [x] que ele estudou os professores eram pouco comprometidos com o ensino deles e que o desejo dele é que no futuro os surdos sejam tão fortes que demitam os professores ouvintes, no entender dele o problema está nos professores ouvintes.

Diante da pesquisa realizada por BISOL et al (2010), pode ser percebido que há muitos desafios para que o aluno surdo ingresse no universo da Ensino Superior, porém, mesmo com tantas dificuldades eles querem muito ir além das expectativas que a sociedade tem diante deles e que isso é um grande avanço para a comunidade pois, a profissionalização deles ira despertar em outros o desejo de seguir os estudos e não para apenas no ensino médio, demonstrando que todos somos capazes de conseguir, que mesmo com a dificuldade existem barreiras que podem e devem ser quebradas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação, assim como a legislação afirma é um direito de todos, porém nota-se que para se alcançar uma educação em que todos realmente tenham os mesmos direito é um desafio muito grande, pois ao observar a inclusão de alunos com deficiência no ambiente educacional fica nítido a dificuldade em leva-los as mesmas condições de aprendizagem que um aluno que não tenha nenhuma deficiência tem.

A sociedade em geral está se voltando cada vez mais para a educação inclusiva, porém, dizer que não é um desafio fazer com que essa inclusão aconteça realmente seria uma utopia, pois, mesmo com todas as legislações, as políticas públicas que vem afirmando os direitos das pessoas com deficiência, ainda existem muita dificuldade para que esse aluno consiga ter o mesmo rendimento que um aluno não deficiente.

Na educação básica são vários os fatores que contribuem com essas dificuldades, assim como a superlotação em salas de aulas, a infraestrutura precária, a falta da mão de obra

especializada, entre outros, todos esses fatores levam a uma educação precária diante da temática inclusão. Mesmo com toda essa dificuldade encontrada na educação básica há um grande número de pessoas com deficiência buscando cursar uma graduação, ou seja, mesmo com todas as dificuldades esses alunos não desistem de ir além da educação básica, buscando uma qualificação melhor.

Recentemente a redação da prova do (ENEM, 2017) trouxe como tema “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”, para alguns alunos conforme entrevistas dadas a canais de TV brasileira consideraram esse tema fácil diante dos fatos ocorridos na sociedade brasileira, porém pode até ter sido fácil discorrer sobre esse assunto, mas na prática não há essa facilidade, ter um aluno surdo na rede educacional básica e não ter um amparo para trabalhar com ele adequadamente acaba de certa forma negando seus direitos garantidos constitucionalmente .

Visto que muitos desses alunos conseguem trabalhar suas dificuldades na educação básica e dão sequência aos estudos indo além em busca de formação especializada através do Ensino Superior, e que ao adentrarem essas instituições se deparam novamente com vários desafios, em muitos casos os desafios se consiste no simples fato de tentar se comunicar com alguém ou com a turma e não conseguir, assim como relatado pela pesquisa realizada por MOURA et al (2015), na pesquisa realizada em uma instituição do Paraná, que busca por meios de atividades culturais incluir esses alunos na comunidade acadêmica e também por BISOL et al (2010), na pesquisa realizada no Sul do Brasil, que mesmo com o recurso de intérpretes que intermediam a relação aluno surdo/professor ouvinte e aluno surdo/aluno ouvinte, que em alguns casos o próprio intérprete considera as perguntas ou falas dos alunos surdos como fúteis.

Nota-se que não é só fato de ingressar no Ensino Superior a dificuldade que os alunos com deficiência auditiva enfrentam, mas, com todas as dificuldades enfrentadas não significa que seja impossível que esses alunos consigam frequentar instituições de Ensino Superior, porém é preciso que essas instituições que irão amparar essa comunidade tenha um olhar diferenciado para essa população, com metodologias diferenciadas que possibilite a inclusão dos mesmos no meio educacional, com equipes capacitadas, programas educacionais que venham abranger toda a comunidade universitária e que esse trabalho se expanda para fora das paredes das universidades, para que seja trabalhada com a comunidade externa.

Portanto, não basta que haja políticas públicas voltadas a amparar a comunidade de pessoas com deficiência, é necessário que essa atuação saia realmente do papel e que todos

estejam dispostos a entrar nessa luta e ajudar no processo de ensino aprendizagem de forma a construir uma nova roupagem para essa inserção dos alunos deficientes no Ensino Superior.

REFERÊNCIAS

BISOL, Cláudia Alquati, VALENTINI, Carla Beatris, SIMIONI, Janaína Lazzarotto, ZANCHIN, Jaqueline. **Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão.** 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v40n139/v40n139a08.pdf>>. Acesso em: 15 out 2019.

Declaração Universal dos Direitos humanos. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 15 de nov de 2019.

DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acesso em 22 de nov de 2019.

DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2002. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 22 de nov de 2019.

DICHER, Marilu; TREVISAM, Elisaide. **A jornada histórica da pessoa com deficiência: inclusão como exercício do direito à dignidade da pessoa humana.** 2014. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=572f88dee7e2502b>. Acesso em: 14 nov 2019.

INCLUSÃO DO DEFICIENTE VISUAL NA UNIVERSIDADE. Disponível em: <http://www.cienciacontemporanea.com.br/index.php/revista/article/view/20/18>. Acesso em 20 de out de 2019.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 20 nov de 2019.

MOURA, Bruna de; DÍAZ, Christian Junior Licheski; SILVA, Gabriel Plaviak da; OLIVEIRA, João Gabriel Barbosa de; STORI, Kelly Regina. **Inclusão dos alunos surdos no ensino superior.** 2015. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/20758_10051.pdf>. Acesso em: 21 out. 2019.

Revisão sistemática sobre a presença de Núcleos de Acessibilidade na Educação Superior EaD – 2005 a 2018 Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/36305/36305>. Acesso em 12 de out de 2019

SANCHES, Isabel Rodrigues e SILVA, Polliana Barbosa da. **A inclusão de estudantes surdos no ensino superior brasileiro: O caso de um curso de Pedagogia.** Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/14955/14234>. Acesso 12 de out de 2019.